
PARTIDOS TRABALHISTAS NO BRASIL: Reflexões atuais

Maria Celina Soares D'Araújo

Nenhuma sociedade industrial moderna pode ser bem-sucedida no estabelecimento de uma sólida democracia sem que consolide critérios de legitimidade e regras institucionais na incorporação dos trabalhadores ao processo político (Schweinitz Jr., 1964).

Este é o argumento deste artigo sobre aspectos da questão trabalhista no Brasil, principalmente no que diz respeito à última metade do século XX. Para tanto, analisaremos algumas tentativas de organização de partidos trabalhistas no país. Centraremos atenção no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado em 1945 e extinto em 1965 pelo governo militar instalado no ano anterior, e estabeleceremos algumas comparações com o recente Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1979, quando se iniciava nova redemocratização no país.¹

O objetivo inicial é demonstrar como tem sido lento e ambíguo o processo de incorporação dos trabalhadores ao sistema

político nacional. Em segundo lugar, objetiva-se analisar as limitações do trabalhismo no Brasil, chamando a atenção para o vínculo estreito que esse movimento, em sua expressão partidária e sindical, manteve com o corporativismo de origem estatal e com o próprio governo. Finalmente, busca-se apontar para as mudanças correntes no movimento trabalhista brasileiro, as quais apontam hoje para uma postura mais plural, onde se desenham traços de maior iniciativa e menos dependência em relação aos poderes públicos.

A par disso, deve ficar claro que a questão social no Brasil tem sido encarada pela elite dirigente como uma área desvinculada do mundo da participação política e, sintomaticamente, foram os governos autoritários, militares ou não, os que obtiveram melhor perfil na concessão de benefícios sociais para os trabalhadores (Santos, 1983). Nesse sentido, o desafio continua sendo ampliar os direitos sociais e ligá-los a direitos políticos.

Antes, porém, de começar nossa análise, convém fazer duas ressalvas. Em primeiro

lugar, deve-se considerar que partidos políticos não são o único instrumento para aferir a capacidade organizativa dos trabalhadores, nem partidos trabalhistas são sempre a forma privilegiada para defender e representar os interesses dos trabalhadores (vide o caso norte-americano, por exemplo).

Em segundo lugar, convém lembrar que partidos e sindicatos têm dinâmicas muito distintas e que a associação entre ambos tem sido um dos mais difíceis aspectos da política trabalhista. Como regra, o sindicato se define por uma base sócio-econômica assentada no vínculo com as atividades profissionais. Sua agenda pode incluir pontos que variam do mais puro assistencialismo a reivindicações políticas, mas sua base social permanece definida, independentemente da ideologia que seja adotada.

A atuação de um partido, por sua vez, é mais abrangente, o que implica critérios organizacionais e operacionais mais diversificados. Além do mais, sua atuação é menos produto de sua base social, sua ideologia ou programa do que da forma pela qual os conflitos e lutas internas pelo poder são administrados e, eventualmente, resolvidos (Panebianco, 1988). Isto significa dizer que, sejam quais forem as diferenças programáticas ou de militância, partidos políticos são fundamentalmente organizações cujos objetivos e estratégias de ação não decorrem automaticamente nem de sua base social, nem de seus compromissos doutrinários. No caso de um partido trabalhista, não se pode, portanto, destacar como único elemento analítico seu caráter classista. Deve-se, outrossim, estar atento também para as implicações e para o impacto que a estrutura interna de poder do partido tem sobre sua atuação eleitoral e parlamentar e sobre sua definição de prioridades políticas. Feitas estas ressalvas, fica-se mais à vontade para analisar o trabalhismo no Brasil em sua expressão partidária e em suas relações com a estrutura sindical e com o Estado.

II

O PTB, criado em 1945, representou inicialmente uma proposta de organização partidária voltada para a incorporação dos dirigentes sindicais que ocupavam os cargos de mando na estrutura sindical corporativa montada pela ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), conhecida como Estado Novo. Como tal, o PTB se organizou e, de fato, em seus primeiros momentos ficou sob o comando formal das cúpulas sindicais constituídas durante esse período. A quase totalidade desses dirigentes pertencia a sindicatos cariocas, isto é, estava no Rio de Janeiro, a capital federal, o que evidencia a proximidade com o poder central. Proveniente das mais diversas categorias profissionais – padeiros, marítimos, caixeiros viajantes, portuários etc –, a maioria desses fundadores não logrou sucesso na carreira política. As exceções ficam com Paulo Baeta Neves (bacharel, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Empregados de Comércio do Rio de Janeiro) e Gurgel do Amaral Valente (advogado de sindicatos). Ambos chegaram à Câmara Federal, mas apenas um número reduzido de sindicalistas que não integravam a ala “ilustrada” do PTB permaneceu na política parlamentar da cidade.

O PTB nasceu, portanto, com um corte sindicalista, mas isso deve ser qualificado. O partido fora uma invenção das “rodas palacianas”, principalmente no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento Nacional do Trabalho, dirigido por Segadas Viana. Formalmente, os burocratas do ministério e do DNT não participaram da composição legal do partido. Atuaram nos bastidores, e Segadas Viana, em especial, foi efetivamente a grande “eminência parda” no recrutamento e alistamento dos sindicalistas que iriam integrar o partido.

O partido não foi uma demanda dos trabalhadores organizados. Atendeu aos obje-

tivos do governo, preocupado em preservar a estrutura corporativa do sindicalismo brasileiro e adaptá-la aos tempos de redemocratização que se anunciavam em 1945: mais do que os trabalhadores, o PTB teria que representar e lutar pela manutenção dos sindicatos oficiais criados no Estado Novo. Como desdobramento dessa atividade, o PTB deveria ser, em meio aos mecanismos da democracia representativa, o porta-voz oficial das demandas pela manutenção da legislação social criada por Vargas.

O PTB de 1945 não foi certamente a primeira tentativa de se criar no Brasil um partido de trabalhadores. Não importa qual fosse o móvel para sua criação, desde fins do século XIX vários partidos operários surgiram nas principais cidades brasileiras, particularmente no bojo do movimento republicano. Em sua maior parte de cunho socialista, esses partidos tiveram pouca vida, mas, de toda forma, refletiram um esforço organizativo por parte dos trabalhadores brasileiros, que, a exemplo do movimento internacional, demandavam para si direitos políticos e sociais.² Paralelamente à atuação dos socialistas, dos anarquistas e do "sindicalismo amarelo", há que mencionar as tendências comunistas que, no início da década de 20, criaram o Partido Comunista do Brasil. Mas embora se possa dizer que esse partido tivesse uma proposta operária, o certo é que era mais uma expressão dos comunistas organizados do que do movimento sindical.³

Se o PTB sabidamente não representou uma seqüência dessas iniciativas, como proposta de constituição de um partido de trabalhadores, não foi, portanto, uma novidade. Sua inovação residia no tipo de vínculo que se pretendeu estabelecer com o sindicalismo corporativo. Novidade também foi que a maior parte dos dirigentes sindicais acatou a iniciativa do governo. Segundo um importante sindicalista do estado do Rio Grande do Sul, o novo partido representava uma continuidade na defesa

dos direitos dos trabalhadores iniciada por Getúlio Vargas. Para esse sindicalista, Vargas havia "suavizado" o sofrimento dos trabalhadores, cujos direitos, em sua maioria, tinham vindo com o Estado Novo. Corroborando a pregação ideológica do Estado Novo, o mesmo líder sindical afirmava que antes de Vargas o "trabalhador não tinha nada. Tinha prisão, porrete e morte" (Vecchio, 1983).

Visto estar o partido intimamente ligado aos dirigentes sindicais que passaram pelo Estado Novo, o PTB jamais perderia a denominação de partido de pelegos, manipulado pelos órgãos do governo, particularmente o Ministério do Trabalho, a quem estava afeito todo o controle sindical. A gênese do partido é indissociável também da figura carismática de Vargas. O PTB seria sempre um partido personalista, getulista, e a luta pela rotinização do carisma dentro do partido foi sempre o ponto alto das discórdias partidárias. Como líder fundador do partido, Vargas empreendeu um duplo movimento na definição de suas bases sociais. De um lado, elegia o partido como instrumento de representação dos trabalhadores e, de outro, elegia o sindicato corporativo como fonte de legitimidade do partido e de participação desses mesmos trabalhadores.

Carisma e corporativismo uniram-se na queda do Estado Novo, para cimentar uma coalizão entre quadros da burocracia estatal e dirigentes sindicais que confluíram para a organização partidária como forma de perpetuar a liderança de Vargas e seu legado social, mobilizando a classe trabalhadora como apoio para os embates eleitorais. O PTB tinha, portanto, uma função eleitoral bem definida: era o partido dos trabalhadores, mas era principalmente o partido de Vargas.

O esforço da burocracia estadonovista para emprestar ao partido um cunho obreirista, no que toca aos cargos de direção partidária, não foi bem-sucedido. Da mes-

ma forma, o empenho para “enquadrar” o movimento e a estrutura sindicais através de um elaborado modelo corporativista foi condição necessária, mas não suficiente, para que do sindicalismo organizado brotasse uma estrutura partidária. De fato, vários sindicalistas não tinham consenso quanto aos rumos organizativos e eleitorais a serem dados ao partido, o que significa dizer que esses homens não eram tão manipulados como usualmente se supõe ou como a própria categoria de “pelego” faz acreditar.

A atuação desses trabalhadores teria que ser supervisionada, para que o partido não perdesse seu tom de partido trabalhista a serviço de Vargas. Por isso mesmo, muito rapidamente quase todas as lideranças sindicais vão sendo substituídas nos cargos de direção partidária por outros elementos também varguistas, mas provenientes da classe política ou ligados à sua parentela. Contudo, o contato com o sindicato continuou a ser o alvo maior do partido no que toca às suas bases sociais. Mas ficava agora definido que o sindicato era a base e não a direção do partido trabalhista que iria representá-lo. Ao partido passaria a caber o papel de agente intermediário entre os sindicatos e o governo, particularmente no que tocava ao Ministério do Trabalho.

A estratégia foi bem-sucedida. Sindicalista e getulista, o PTB se transformou no partido de maior sucesso eleitoral no período em que existiu e se consolidou associando sua atuação na área sindical a uma prática governista. Durante sua existência, foi o principal aliado na coalizão presidencial que elegeu e sustentou o presidente da República e foi também o centro de irradiação de uma ideologia nacional trabalhista que demandava por “mudanças estruturais”. Primeiro moderno partido de massas no Brasil solidamente apoiado no voto metropolitano, o PTB se tornou o principal fórum de agitação e debates do ideário nacionalista e das reformas de base. Com este

perfil, chegou ao poder em 1961, tendo à frente João Goulart, como presidente do partido e da República, e lá ficou por três anos, até que o golpe militar interrompesse o processo da frágil democracia brasileira.

Neste ponto, convém fazer uma menção à passagem do partido de sua fase eminentemente sindicalista e getulista, com uma pauta de conservação do trabalhismo estadonovista, para uma fase ideológica que propunha grandes reformas nacionais e se calcava na defesa do nacionalismo e do combate ao poder financeiro internacional. Monopolizando a questão sindical através do Ministério do Trabalho, o PTB tinha aberto dois tipos de possibilidades. Controlava os sindicatos e dava-lhes, ao mesmo tempo, poder ao mantê-los como órgãos de representação corporativa junto ao Estado. Por terem poder e por estarem vinculados ao governo, os sindicatos eram, por sua vez, fonte de sustentação do próprio governo. Estado, PTB e sindicatos se alimentavam mutuamente. Uma prova disso é que durante quase todo o período que vai de 1945 a 1964, os ministros do Trabalho foram recrutados dentro das fileiras petebistas.

Por outro lado, ao resolver dessa forma a questão sindical, definindo seu papel como de gerenciamento nessas relações entre sindicatos e Estado, o partido ganhou tempo para se dedicar a causas ideológicas cada vez mais abrangentes. Como partido getulista, o PTB foi refinando suas posições ideológicas. Passou a ser o partido do nacionalismo e das grandes reformas sociais, políticas e econômicas que deveriam conduzir o país à democracia, à reforma agrária e ao desenvolvimento. Ou seja, de partido “dos trabalhadores” o PTB se transforma em “partido da nação”, na medida em que ampliou suas posições ideológicas e suas bases eleitorais.

Esse foi um processo similar ao ocorrido com os partidos sociais democratas na Europa e que definiu muito bem o dilema da social democracia. Como partidos so-

ciais democratas com propostas de mudança social, precisavam de poder (votos) para implementar seus objetivos. Para obter votos, tinham que ampliar suas bases de apoio e perdiam, portanto, seu caráter classista (Przeworski, 1989). O PTB, nos anos 50, fez nitidamente uma opção pela ampliação de suas bases eleitorais, mantendo, contudo, um forte vínculo operacional com os sindicatos. Mas enquanto, no mundo inteiro, a social democracia, tendo em vista a estratégia de mudanças que propunha, fez uma revisão do papel do Estado optando por uma linha estatal minimalista nas áreas não-lucrativas que fossem fundamentais para a economia e na regulação das distorções do mercado, o PTB marchou para uma posição de crescente intervencionismo. Nacionalismo, reformas de base e intervencionismo estatal deram a tônica da atuação do PTB nos últimos anos de sua existência.

Principal grupo ideológico a dominar o Congresso nacional no início da década de 60, o PTB foi particularmente agressivo na questão da reforma agrária e na extensão de direitos sociais e sindicais para os trabalhadores rurais. A ênfase ideológica do partido não se dava sem graves cisões internas que aceleraram um processo interno de competição e radicalização ideológica que em muito contribuiu para criar os impasses institucionais que motivaram, embora não justificassem, a intervenção militar de 1964.

Em toda sua trajetória, o PTB procurou com sucesso o suporte sindical para suas posições políticas. Mas essa sustentação só era forte porque os sindicatos estavam amparados pelo partido e pelo Estado, e não porque tivessem desenvolvido uma agenda própria. Na verdade, o PTB nunca questionou o formato do sindicalismo brasileiro e seu *bias* não-democrático. Nesse ponto, foi coerente e representativo. A estrutura sindical existente era um suporte garantido e no bojo dessa estrutura não havia demandas significativas pela transformação do modelo sindical corporativo. O PTB, portanto,

espelhava e se alimentava desse arranjo corporativista. Fez do sindicalismo uma fonte segura de poder, fortaleceu seus arranjos corporativos e manteve intacto seus canais com esse aliado. Paralelamente, como estratégia de manutenção de seu monopólio de representação trabalhista, desenvolveu e ampliou contatos e alianças com o Partido Comunista no meio sindical, particularmente no que diz respeito às tarefas de mobilização.

No que toca à sua matriz democrática, o partido não pode ser dissociado também dos ventos autoritários que sopravam no país e na América Latina. Suas alas mais radicais, em nome da defesa de projetos de mudança, procuraram não só alianças nos quartéis como vislumbravam mesmo soluções extremadas, entre elas o fechamento do Congresso e a atribuição de poderes excepcionais para o presidente da República. O reformismo petebista esteve, portanto, associado a uma vertente autoritária de esquerda na qual os sindicatos desempenhariam o importante papel de bases de apoio. Isto é válido principalmente para o governo Goulart, se levarmos em conta a intransigência do PTB no Congresso, a radicalização de suas lideranças e a postura de que as reformas deveriam ocorrer "na lei ou na marra" (D'Araújo, 1989).

Trabalhismo petebista e sindicalismo seguiram se complementando. Os sindicatos tiravam sua força do apoio que davam ao governo e ao PTB e estes últimos, por sua vez, demonstravam poder sempre que tinham a seu lado os sindicatos. O golpe militar interrompeu essa cadeia. Se o PTB pode ser considerado, então, um forte partido eleitoral e ideológico, é verdade também que, uma vez expulso do poder pelos militares, foi o principal alvo das perseguições políticas iniciadas e, longe do poder, perdeu suas bases de apoio.

Por outro lado, os sindicalistas ficaram imobilizados com o golpe. Sua sede de poder vinha do governo e, uma vez banido

o governo constitucional, perderam os meios para agir. Pior do que isso, imobilizados, os sindicatos foram, sem dúvida, um alvo privilegiado nas perseguições políticas que se iniciaram então (Figueiredo, 1975).

III

A trajetória do PTB cujo final coincide com o colapso da democracia no Brasil, está, no entanto, marcada por várias fases que ajudam a compreender os resultados finais já apontados. Na primeira, marcada, como vimos, pela presença dos dirigentes sindicais nos cargos de direção e por sua substituição por outros ligados à política getulista, vê-se claramente a predominância de um conflito interno no que diz respeito à estrutura do partido. Como partido carismático, permeado pela personalidade e idéias de Vargas, o PTB sofreu então fortes conflitos entre facções de seguidores, que não raro terminavam pela eliminação daqueles que ousavam contestar a liderança de Vargas e de seus eventuais intérpretes. Assim, até 1952 o PTB viveu sua fase mais instável, retraindo-se das disputas eleitorais para os governos estaduais como forma de manter a unidade em torno do chefe e também como forma de não desgastá-lo em contendas locais.

A segunda fase corresponde a um curto período de maior estabilidade das lideranças, num processo de rotinização do carisma que se inicia mesmo antes da morte de Getúlio, quando surge a figura de João Goulart como chefe petebista e como ministro do Trabalho, disposto a acatar as diretrizes do presidente e ao mesmo tempo estabelecer o que seria o início de um longo diálogo e cooperação com os sindicatos, o que veio a ser denominado de trabalhismo janguista. À frente do PTB, com o beneplácito de Vargas, Goulart estava autorizado a amenizar as disputas internas que tanta instabilidade deram ao partido, como é, aliás, típico

em um partido carismático (Panebianco, 1988). Por outro lado, definia-se um interlocutor legítimo nas relações entre sindicatos e partido e no contrato do partido com o governo.

A terceira fase da evolução do partido corresponde ao período que se inicia após a morte do presidente em 1954. A partir desse momento fixaram-se indelevelmente dois eixos de ação. De um lado, um eixo ideológico, fortemente comprometido com a defesa das reformas estruturais e nacionalistas e que fez da Carta-Testamento de Vargas seu móvel de propagação. De outro, o eixo da parentela, do nepotismo e do clientelismo. Apropriar-se do filão getulista segundo a fórmula mais ao alcance de qualquer facção constitui, daí por diante, o cerne do conflito interno no PTB.

Seria incorreto, no entanto, concluir que as duas facções se apegavam a posições diametralmente opostas. Na verdade, elas se posicionavam politicamente em função de seus interesses específicos, ora insistindo na importância dos laços familiares para reivindicar a herança de Vargas quando pressentiam o perigo de vê-la arrebatada por políticos mais ideológicos, ora carregando no discurso ideológico quando estava em causa uma disputa eleitoral. Apesar da divisão entre a lealdade à parentela e a facção partidária mais ideológica, não podemos dizer que as duas estratégias foram incompatíveis. Ao contrário, foi mais bem-sucedido nas urnas e no partido quem conseguiu unir esses eixos.⁴

Ao lado disso, pode-se verificar que setores do partido apelaram cada vez com mais frequência para a mobilização direta das massas como forma de afirmar sua liderança dentro do partido e nas urnas. Dentro de uma postura de realismo político, o PTB procurou ampliar sua margem de poder e, sob a égide dos nacionalistas-reformistas, estabeleceu durante o governo Jango uma dupla estratégia de atuação cujos desdobramentos são imprescindíveis

para explicar a instabilidade do governo. De um lado, o PTB fez uma opção pela via parlamentar, isto é, investiu grande parte de suas forças e recursos nas eleições de 1962, com o objetivo de fazer do sistema de representação um instrumento adequado à promoção das reformas. Paralelamente, aderiu a uma estratégia de ação direta. Ou seja, ao mesmo tempo que buscava ampliar sua influência junto ao Legislativo e ao Executivo, mobilizou sindicatos, soldados, sargentos, estudantes e trabalhadores para fazerem pressão sobre o governo.

Em ambos os casos, verifica-se a existência de frentes políticas com características nítidas de fontes alternativas de poder para o reformismo. Em ambos os casos também ficava cada vez mais claro que os reformistas precisavam de canais adicionais de atuação para comprovar sua ambição de se converterem nos porta-vozes das grandes questões nacionais. Ao fazer isso, o PTB projetava seus conflitos internos para uma arena política instável, o que acabou por selar os destinos do partido e do regime.

Ao funcionar como um excelente instrumento de mobilização direta, o PTB atropelava o processo de institucionalização das relações de poder, particularmente no que toca à incorporação da classe trabalhadora. Mais do que isso, ao adotar um discurso que fazia da classe trabalhadora seu público-alvo na sustentação das reformas e ao insinuar o poder dos trabalhadores para uma solução de força em nome dessas reformas, o PTB acabou contribuindo para fortalecer o *bias* tão presente no país de que trabalhadores são massa de manobra e, portanto, atores inconvenientes no processo político.

Ainda sobre o PTB, é importante destacar um último e surpreendente aspecto. Entre todos os partidos brasileiros, ele foi o mais antidemocrático considerando-se os meios e as formas de participação internas. O órgão máximo do partido, a convenção nacional, sempre foi integrada por um número limitado de pessoas – nunca mais de

50 – enquanto no Partido Social Democrático e na União Democrática Nacional essa participação alcançava mais de duas mil pessoas. Esse pequeno número era invariavelmente integrado por pessoas da confiança do presidente petebista e, mais do que isso, apesar da proposta trabalhista do partido, nunca foi permitido neste seu espaço uma representação sindical.

IV

Numa história de erros e virtudes – portanto, igual a tantas outras histórias – o PTB reservou para si alguns méritos e foi o partido que mais registros deixou na memória de seus militantes e eleitores. Prova disso foi a acirrada luta de dois anos que se instaurou entre antigos militantes quando, em 1979, no bojo do processo de redemocratização do país, o governo militar lançou nova lei, acabando com o bipartidarismo vigente, resgatando o pluripartidarismo e permitindo que antigas siglas partidárias voltassem à cena.

O PTB foi então o único antigo partido que se tentou resgatar e, para competir pela antiga legenda, entraram nos tribunais dois grupos de petebistas históricos, cujos membros, em muitos casos, haviam sido cassados ou forçados ao exílio. Um grupo era comandado por Ivete Vargas, do núcleo da parentela, mas que sempre carregou no discurso ideológico para firmar seu poder de mando dentro do partido. O outro grupo era liderado por Leonel Brizola, do núcleo ideológico, mas que fez de sua trajetória um dos melhores exemplos da política personalista e do mandonismo populista, além de ser cunhado de João Goulart e, portanto, também ligado à parentela.

Ambas as correntes apegavam-se à Carta-Testamento de Getúlio Vargas como documento maior na orientação a ser dada ao futuro partido e ambas igualmente relevavam o aspecto trabalhista e nacionalista do

PTB a ser reinaugurado. Divergências se davam por conta da ênfase do ex-governador Leonel Brizola em associar o novo PTB com uma proposta de socialismo democrático e de partido oposicionista, enquanto Ivete Vargas se pautava por uma conduta de colaboracionismo com o governo militar. Favorecido pelos poderes públicos, o grupo de Ivete recuperou a histórica legenda, enquanto Brizola iniciou a criação do Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

No entanto, a novidade trabalhista em 1979 passava à margem dessa contenda pela legenda do PTB, contenda essa que tanto mobilizou os meios políticos e os tribunais e que nada de substantivo trouxe para a organização dos trabalhadores. Ao lado dessa disputa, surgia no cenário político nacional o embrião de um novo partido trabalhista, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Diferentemente de outras experiências no país, o PT emergia como produto legítimo de um movimento sindical que se iniciara em meados da década de 70, ainda, portanto, sob a égide do autoritarismo militar. Conhecido como “novo sindicalismo” o movimento sindical que deu origem ao PT tem algumas características peculiares. Estava centrado no principal pólo industrial e urbano do país, São Paulo, e tinha como base o setor metalúrgico, um dos mais importantes na economia nacional. Nasceu como uma proposta independente dos líderes sindicais visando à negociação direta de seus interesses junto aos patrões, isto é, sem a ingerência do Estado ou da classe política. Em sua origem, portanto, tratava-se de um sindicalismo de resultados não filiado a uma ideologia político-partidária. Além disso, esse novo sindicalismo buscou autonomia frente à estrutura arcaica e corporativa na representação de interesses, o que significava empreender um movimento sindical que se contrapunha à tradição peleguista e à de vincular os sindicatos a líderes políticos. Questionava-se, assim, a idéia de

um Estado como agente das grandes transformações e como interlocutor necessário entre trabalhadores e patrões (Meneguello, 1989).

O sucesso do movimento que carreou para suas fileiras grupos de intelectuais e de esquerda alterou seu futuro e remodelou suas ambições. O “novo sindicalismo” foi elevado à condição de evidência do amadurecimento político dos trabalhadores e, depois das fábricas, seu próximo passo deveria ser o Parlamento.

Essa transição tem duas explicações. De um lado, ela é atribuída à necessidade de uma alternativa de participação para os trabalhadores, tendo em vista o fracasso das greves de 1977, 1978 e 1980.⁵ De outro, enfatiza-se a idéia de que no “novo sindicalismo” não havia espaço para a atuação individual dos trabalhadores e que formas coletivas de ação teriam que ser aprofundadas. Mais do que isso, essas novas formas de participação deveriam ocorrer corroborando o *ethos* de trabalhar “ordeiro” e para tanto uma nova organização partidária vinculada aos trabalhadores e aos sindicatos seria uma forma legal de inserção do movimento. Esse *ethos* esteve na origem do PT que procurava dessa maneira criar uma nova identidade de trabalhador e emprestar “nobreza” à condição operária. O respeito à legalidade converteu, assim, o novo sindicalismo em partido como forma legal de politização e conscientização dos trabalhadores.⁶

Sem discutir a transição “novo sindicalismo”-PT, Leôncio Martins Rodrigues (1990) oferece importante e nova contribuição na caracterização desse partido, chamando a atenção para o “misto” da origem sindicalista do PT e demonstrando a relevância de setores da Igreja e da classe média para sua composição. O PT, segundo esse autor, deve ser definido como um partido de classes médias. De toda forma, de movimento apartidário, o “novo sindicalismo” evoluiu para uma proposta de organização

partidária, mas isso se dava em meio a uma grande ambigüidade: os dirigentes do PT postulavam a existência de um partido que não tinha como objetivo o poder. Isso pode ser entendido como uma negação da própria idéia de partido – atitude recorrente na tradição política brasileira – mas refletia a preocupação dos novos líderes partidários em usar a arena política para legitimar suas posições e, via partido, fortalecer a organização sindical e a inserção política dos trabalhadores. O PT investia, assim, numa via alternativa de representação política que dispensava o “político diplomado” e colocava em dúvida o critério de “competência” dos representantes políticos.⁷

Numa sociedade carente de democracia e de representatividade para a classe trabalhadora, o sucesso eleitoral do PT nas primeiras eleições a que concorreu, ainda que modesto, redimencionou suas ambições. Associando a qualidade de suas bancadas à coerência de sua atuação e, principalmente, ao sucesso de sua concepção de partido organizado democraticamente a partir de suas bases, o PT rapidamente pôde ser identificado como um forte partido com credenciais para o crescimento e para o exercício do poder.

Resumidamente, o PT surgia de um movimento sindical apartidário que se transformara num “partido apolítico” e que evoluíra para uma organização voltada para a busca do poder. Como prova deste final temos a vigorosa campanha do líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula, à presidência da República em 1989, chegando ao segundo turno para perder a eleição por uma pequena margem de votos. Como demonstração, temos, ainda, o fato de que algumas das grandes cidades do Brasil passaram a ser administradas por prefeitos petistas em fins da década de 80.

A exemplo de outros partidos trabalhistas, o PT também ampliou suas bases sociais de apoio, mas preservou um forte vínculo com o movimento sindical em ba-

ses diferentes do que fizera o PTB. Ficou, no entanto, longe de ter o monopólio nessa área. Na verdade, o movimento sindical no Brasil se expandiu, favorecido pelos tempos de redemocratização, e outras tendências, novas e antigas, entraram em cena.

Em geral, em fins da década de 80, podemos ver no país duas grandes vertentes do trabalhismo brasileiro.

De um lado, temos o PT, intimamente ligado com a poderosa Central Única dos Trabalhadores, que, além de postular por resultados práticos na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pauta sua atuação reivindicando mudanças nos valores e nos costumes nacionais. Partido de orientação social democrática (imprecisa), o PT faz do sindicalismo um instrumento de organização política dos trabalhadores e abriga em seu meio uma série de correntes e grupos de esquerda, num jogo nem sempre fácil de administrar.

De outro lado, temos a igualmente poderosa Central Geral dos Trabalhadores, uma organização tipicamente voltada para as questões sindicais, expressão de um tipo de sindicalismo de resultados que aceita a negociação e a greve, mas rejeita qualquer associação formal com partidos políticos.

Isto posto, vale dizer que, depois do governo militar, o sindicalismo brasileiro ganhou em organização e competitividade. Um setor do trabalhismo, aquele ligado ao PT, tira sua força dos fatos de ter bases solidamente organizadas e de conseguir se expressar politicamente na esfera política e no processo eleitoral. O outro setor, propugnando independência política, tornou-se mais confiável aos olhos do empresariado e do governo. Prova disso é que em 1990, o presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, foi alçado ao cargo de ministro do Trabalho. Esta escolha, no entanto, não pode ser entendida apenas como um gesto para esvaziar o poder da CUT e do PT, nem como uma iniciativa para atestar o viés populista do presidente da República, Fer-

nando Collor de Mello. Ao lado disso, há a evidência de que o trabalhador organizado é hoje parte constituinte do espaço político no país e que a questão trabalhista tem que ser contemplada, de alguma maneira, pelos poderes públicos.

Para não incorrerem em avaliações ingênuas, é necessário lembrar que essa inserção política é tão mais lembrada e aceita num momento de profunda crise social e econômica. Isto vale dizer que os sindicatos, desmobilizados e perseguidos nas últimas décadas, não foram parceiros na formulação das políticas que encaminharam o país para a crítica situação desenhada no início da década de 90. Quando, em meio a um processo de recuperação dos direitos políticos no país, a criatividade do governo ficou escassa para fazer frente aos crescentes problemas nacionais, o setor trabalhista (combatente) ganhou legitimidade como interlocutor na elaboração de uma nova agenda política. Longe da conclusão de um pacto social, os setores trabalhistas são solicitados a oferecer propostas que invertam as atuais tendências rumo ao caos.

Os desdobramentos para o futuro trabalhista no Brasil apontam para algumas possibilidades que lembram novos arranjos e antigas tradições. Ao enfatizar o processo de negociação e ao inovar nas formas reivindicativas, as duas correntes sindicais podem introduzir mudanças substantivas no trabalhismo brasileiro, tomando-o mais autônomo nas suas barganhas e menos dependente dos poderes públicos e do sistema corporativo ainda operante. A existência de um partido associado aos sindicatos mas desconectado do governo deve aumentar o nível de competição no campo trabalhista e forçar a práticas que atestem competência e legitimidade dos dirigentes sindicais frente a suas bases.

Ao lado disso, antigos vícios podem emergir. O acesso direto ao poder por parte da CGT pode reintroduzir velhos hábitos nas relações dos sindicatos com o Estado.

A ameaça está presente e cabe ao outro lado do movimento preservar sua autoridade e agilidade na construção de um trabalhismo e de um sindicalismo com poder de barganha e de iniciativa. Disso depende a boa democracia.

No cômputo geral destas reflexões, podemos traçar algum perfil do trabalhismo brasileiro nas últimas décadas. Em sua vertente partidária, tem estado associado a nacionalismo e a estatismo e tem feito do Parlamento um *locus* de propagação de sua ideologia. Nisto confluem o antigo PTB e o PT. No que toca ao vínculo do partido com o movimento sindical, a situação se alterou substancialmente. Para o Partido dos Trabalhadores os sindicatos não são apenas base de sustentação nem são elos com o Estado. São, ao contrário, instrumentos de participação dos trabalhadores na esfera política.

A herança corporativa, no entanto, ainda está presente, nos procedimentos e nos textos legais que regem o país. Nesse sentido, não se pode esquecer que, apesar de sua "novidade", o PT está também assentado na estrutura oficial corporativista que tem regido os sindicatos no Brasil e que foi reafirmada na última Constituição, para cuja feitura participaram representantes de trabalhadores (Rodrigues, 1990). No entanto, a emergência de novas lideranças sindicais de várias tendências, tem apontado para outros tipos de prática, onde o sindicato tem aparecido crescentemente como porta-voz de trabalhadores de forma independente do governo. No esforço para dar reconhecimento e legitimidade ao trabalhismo brasileiro, o movimento tem se encaminhado para formas mais plurais de atuação, que tanto enfatizam a alternativa partidária quanto a via puramente sindical.

No cômputo geral, o país mudou. Os trabalhadores, em suas diferentes expressões organizacionais, são hoje parte indissociável do cenário político nacional. Mas se isto é condição necessária para a construção da democracia, não é condição sufi-

ciente. O jogo democrático exige outras contrapartidas. Fundamentalmente, o compromisso democrático deve envolver todos os setores nacionais na busca de pactos não apenas políticos mas também sociais e econômicos. Neste sentido, cabe às elites rever antigas práticas excludentes do ponto de vista político e superar práticas concentradas do ponto de vista econômico.

Da parte do movimento trabalhista, fica a indicação de que um novo ator legítimo está sendo construído e que como tal e em suas diferentes expressões – partidárias e sindicais – apresenta características que o credenciam a pleitear voz ativa nas decisões que afetam o conjunto dos trabalhadores e da sociedade.

surgimento do partido, duas linhas distintas e opostas, contrapondo ideologia e orientação pragmática a fisiologismo e adesismo, o que definiria traços distintos de dois grupos básicos dentro do PTB.

5. Esta é a versão de Rachel Meneguello, 1989.

6. Cf. Isabel Ribeiro de Oliveira, *Trabalho e política: as origens dos Partidos dos Trabalhadores*. Ver, ainda, Maria Hermínia Tavares Almeida, "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", em *Sociedade e política no Brasil pós 64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, organizado por Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida.

7. Isabel Ribeiro de Oliveira, op. cit.

Notas

1. O estudo do Partido Trabalhista Brasileiro foi objeto de minha tese de doutoramento, intitulada *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*, apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1989.

2. Sobre as primeiras tentativas de formação de partidos operários no Brasil ver, por exemplo: José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Vértice, 1988; Sheldon Leslie Maran, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário: 1890-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; José Augusto V. Pádua, "A capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890", *Dados*, 28(2):163 - 92.

3. Os trabalhos sobre o Partido Comunista são inúmeros. A título de exemplo vale mencionar o clássico estudo de Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: os dirigentes e a organização", em Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, São Paulo, Difel, 1981, vol. 3.

4. Em importante livro sobre a trajetória do PTB, *O PTB: do getulismo ao reformismo* (Rio de Janeiro, Vozes, 1989), Lucília Mendes de Almeida Delgado estabelece uma periodização diferente da que foi aqui apresentada e trabalha com a tese de que é possível detectar, desde o

Bibliografia

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. 1989. *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. 1975. *Políticas governamentais e funções sindicais*. São Paulo, Universidade de São Paulo. Tese de mestrado, USP, São Paulo.

MENEGUELLO, Rachel. 1989. *PT: a formação de um partido (1979 - 1987)*. São Paulo, Paz e Terra.

PANEBIANCO, Angelo. 1988. *Political parties: organization and power*. Cambridge, Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, Adam. 1989. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo, Cia das Letras.

RODRIGUES, Leôncio Martins. 1990. *Partidos e sindicatos*. São Paulo, Ática.

SANTOS, Wanderley G. 1983. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Campus.

SCHWEINTZ, JR., Karl. 1964. *Industrialization and democracy: economic necessities and political possibilities*. London, The Free University of Glencoe.

VECHIO, José. 1983. *Depoimento*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

Maria Celina Soares D'Araújo é doutora em ciência política pelo IUPERJ, pesquisadora do CPDOC/FGV e professora na UFF.